



Paulo Valadares/ Agência Senado



O presidente do Senado, José Sarney, faz discurso sobre o PMDB: "Os outros partidos têm donos. Nós não temos"

Aos 46 anos, PMDB é homenageado no Congresso 2

Debatedores cobram Estatuto da Pessoa com Deficiência 3

Marta coordena debate sobre criminalização da homofobia 3

Programa contra pobreza extrema recebe apoio de senadores 6

Gerardo Magela/ Agência Senado



Restaurantes populares buscam melhorar saúde da população

Pesquisa realizada pela UnB em 2010 mostrou que os restaurantes populares ainda são a única alternativa de alimentação para muitos

brasileiros. Para ampliar o programa e beneficiar a saúde da população, governo realiza programa em parceria com estados e municípios. 8

Decisão do STF adia depoimento de Cachoeira

Liminar garante ao contraventor o direito de só falar depois que tiver acesso aos documentos sigilosos, pedido que havia sido negado pelo presidente da CPI

Devido a decisão do Supremo Tribunal Federal, a reunião de hoje da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o envolvimento do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados será aproveitada para votar 171 requerimentos.

Uma das propostas é quebrar o sigilo telefônico da subprocuradora da República Cláudia Sampaio.

Ela é mulher do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e vem sendo acusada de omissão ao receber da Polícia Federal o inquérito da Operação Vegas, em 2009.

Outros requerimentos propõem que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, seja convocado para esclarecer sua relação com a construtora Delta, ligada aos negócios de Cachoeira. 4 e 5

José Sarney defende esforço concentrado até as eleições 2

Comissão pode votar hoje criação da bolsa-artista 7

e cidadania

O Senado Federal coloca à sua disposição o portal e-Cidadania. Nele você pode fiscalizar o orçamento público, propor ideias para novas leis ou alterações das que já existem, bem como sugerir a realização de audiência pública.

Esses e outros recursos você encontra no e-Cidadania: mais um canal criado para o cidadão exercer a democracia.

e-Cidadania: Sua participação além do voto

www.senado.gov.br/ecidadania
twitter.com/e_cidadania
facebook.com/eCidadaniaSF

SENADO FEDERAL

Após licença de 30 dias, presidente volta à Casa, diz que projetos prioritários devem ser votados antes das eleições municipais e afirma que instalação da CPI do Cachoeira não prejudica trabalhos legislativos

Sarney volta ao Senado e pede esforço concentrado

APÓS 30 DIAS de licença para tratamento de saúde, o presidente do Senado, José Sarney, voltou à Casa e afirmou que a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira não interfere na atividade legislativa.

Sarney elogiou a vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), pela forma como conduziu os trabalhos da Casa durante sua ausência e agradeceu o apoio recebido de políticos e jornalistas no período em que esteve internado em São Paulo.

— A senadora Marta fez um trabalho excepcional. Durante esse mês, o Senado funcionou muito bem e votou matérias importantes e o problema da CPI não tem nada que interferir nos nossos trabalhos. A CPI é uma comissão prevista na Constituição e tem autonomia, tem vida própria e não interfere de nenhuma maneira nos trabalhos da Casa — assinalou.

Sarney também comentou a convocação de Carlinhos Cachoeira pela CPI:

— O senhor Cachoeira é a figura mais visada e que tem que ser investigado o máximo possível para averiguar até onde essa rede se estendia.

Prioridades

Com a aproximação do período eleitoral, o presidente do Senado defendeu a definição de semanas de esforço concentrado para a votação de projetos considerados prioritários pelos líderes partidários.

— Teremos que marcar datas específicas para fazer esforços concentrados, como se faz todos os anos que têm eleições, e escolher as matérias que devem ser prioritárias. Antes de me afastar, havíamos pedido aos partidos para fazer uma relação das matérias que julgassem importantes para que estabelecessem pautas específicas para votação.

José Sarney presidiu ontem uma sessão solene do Congresso Nacional de comemoração

do aniversário de seu partido, o PMDB.

— Escolhi voltar hoje para assistir à sessão dos 46 anos do PMDB, que é o grande partido das causas sociais. O PMDB é o partido que foi responsável pela luta pela democracia e pela instauração da democracia — afirmou.

O vice-presidente da República, Michel Temer, também disse que a CPI não vai atrapalhar a votação de projetos de interesse do governo federal no Congresso.

— Isso [a CPI] não vai atrapalhar votações, em especial as de interesse do governo. Não vejo nenhum embaraço ou dificuldade entre a CPI, que é uma atividade normal do Congresso, e a outra atividade, que é votar — afirmou Temer, que participou da homenagem ao PMDB, também seu partido.

Ele disse que o governo não patrocinou a criação da CPI:

— O governo não entrou nessa questão de CPI, nem patrocinou, nem pleiteou. Deixou isso por conta do Congresso Nacional.



Nomes do PMDB: Garibaldi Alves Filho, Moreira Franco, Renan Calheiros, José Sarney, Michel Temer e Luiz Pitiman

Com solenidade no Congresso, PMDB completa 46 anos

“O PMDB não tem dono”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, na sessão solene do Congresso Nacional que marcou o 46º aniversário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sarney disse que muitas vezes a opinião pública tem a impressão de que o partido enfrenta lutas internas. Isso, segundo ele, é reflexo da democracia.

— Os outros partidos têm donos. Nós não temos, porque somos um partido de todos, um partido do povo brasileiro.

O vice-presidente da República, Michel Temer — que participou da sessão ao lado dos ministros da Previdência, Garibaldi Alves Filho, e de As-

suntos Estratégicos, Moreira Franco —, destacou o papel do PMDB na construção do novo Estado brasileiro.

O presidente do partido, Valdir Raupp (RO), citou números. Além do vice-presidente e cinco ministros, o PMDB tem cinco governadores, 1.175 prefeitos, 906 vice-prefeitos, 21 senadores, 80 deputados federais, 152 deputados estaduais e 8.495 vereadores, além de 2,4 milhões de filiados. Líder no Senado, Renan Calheiros (AL), disse que o partido tem sido o “pilar da governabilidade” e lamentou que esse conceito seja valorizado apenas nas crises:

— Em tempos democráticos e estáveis, a governabilidade é

até tratada pejorativamente.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) enumerou avanços sociais que só se viabilizaram com o apoio do PMDB, como Plano Real, Lei de Responsabilidade Fiscal, Bolsa Família e Ficha Limpa.

Romero Jucá (PMDB-RR) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disseram que a história da legenda mistura-se com a da resistência democrática. Para Jucá, o partido formou-se na adversidade e enfrentou o arbítrio do regime de exceção.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que é preciso “sempre seguir o exemplo de Ulysses Guimarães, que defendia a política dos honestos e criticava a política dos interesses”.

Senado lança hoje o portal interativo e-Cidadania

O Senado lança hoje o Portal Interativo e-Cidadania, criado para estimular a participação e o engajamento mais direto dos cidadãos no processo legislativo, com ideias, discussões e ações voltadas para temas em debate na Casa e na sociedade.

Por meio de um conjunto de ferramentas de comunicação *on-line*, o portal vai proporcionar também maior transparência das atividades do Senado, uma vez que facilita o acesso das informações relativas à administração da Casa e ao Orçamento da União.

É um passo a mais que

o Senado dá em direção à Lei de Acesso à Informação (12.527/11), que entra em vigor amanhã, para facilitar o acesso dos cidadãos às informações públicas.

O e-Cidadania foi concebido para permitir ao cidadão interagir em três áreas básicas do Poder Legislativo: fiscalização, legislação e representação, esta última criada como ferramenta de interação direta com senadores e temas para discussão.

A solenidade de lançamento será na sala de audiências da Presidência do Senado, às 11h.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Roquette-Pinto

14h Na pauta, medida provisória (MP 555/11) que autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto.

PRESIDÊNCIA: Governador de MS

10h José Sarney recebe o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; às 11h, lança o Portal e-Cidadania; às 16h, preside a ordem do dia.

CMA: Inovação

8h30 “Inovação para a sustentabilidade” é o tema de debate de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), com a presença de Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

CONSELHO DE ÉTICA: Delegados

9h Conselho de Ética ouve os delegados da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação Vegas, e Matheus Mela Rodrigues, da Operação Monte Carlo, como parte do processo por quebra de decoro parlamentar aberto contra Demóstenes Torres (sem partido-GO).

CAE: Pessoas com deficiência

10h Na pauta, projeto que obriga empresas que quiserem usufruir de benefícios fiscais durante as Olimpíadas de 2016 e a Copa de 2014 a terem 5% de suas vagas ocupadas por pessoas com deficiência. Também pode ser analisada proposta que permite o uso da Cide para financiar CNH para pessoas de baixa renda.

SEMINÁRIO: Homofobia

10h Seminário “Diferentes, mas iguais” para discussão do substitutivo ao PLC 122/06, que criminaliza a homofobia, no Auditório Petrônio Portela.

TRANSPARÊNCIA: Portal e-Cidadania

11h Cerimônia de lançamento do Portal e-Cidadania e do novo Portal da Transparência, na sala de audiências da Presidência do Senado.

CE: Identificação na escola

11h Projeto que visa obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno consta da pauta da comissão.

CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

14h Comissão parlamentar mista de inquérito reúne-se para apreciar requerimentos.

AVIAÇÃO CIVIL: Transporte aéreo

14h A Subcomissão Temporária da Aviação Civil realiza audiência pública sobre a visão e a perspectiva da indústria internacional de transporte aéreo em relação à aviação civil brasileira. Entre os convidados, está o major-brigadeiro do ar e ex-secretário-geral da Organização Internacional da Aviação Civil Renato Cláudio Costa Pereira.

PARLASUL: Validação de diplomas

14h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa projeto de lei que define critérios para admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos países membros do Mercosul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Seminário hoje no Senado discute projeto que transforma homofobia em crime

Marta Suplicy (PT-SP) coordenará hoje um seminário sobre um novo texto para substituir o Projeto de Lei da Câmara 122/06, que criminaliza a homofobia.

Iniciativa da própria senadora, o evento será realizado no Auditório Petrônio Portela, do Senado, às 10h, com livre acesso ao público até o limite de capacidade do local.

Marta é a relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos. Por duas vezes, essa comissão tentou votar a matéria, que acabou saindo de pauta por causa da controvérsia entre parlamentares.

Organizações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais consideram que os opositores se mostraram inflexíveis nas negociações para um texto de consenso. Por isso, pretendem entregar à senadora um documento pedindo a aprovação da proposta na forma do substitutivo da então senadora Fátima Cleide, que passou na

Comissão de Assuntos Sociais em 2009.

Marta espera que o seminário sensibilize os senadores e a sociedade civil sobre a seriedade do agravamento da violência homofóbica no Brasil.

— Agora não só a Europa, mas também a Argentina e outros países vizinhos avançam nesse tema e na proteção da diversidade. Enquanto isso, o Brasil caminha para trás — diz.

O seminário abordará temas como a construção de uma sociedade de respeito à diversidade; políticas positivas de combate à homofobia; e os aspectos constitucionais e legais da criminalização da homofobia.

Haverá testemunhos de familiares e de pessoas que sofreram com a homofobia. Além de representantes da sociedade civil e de organizações, é aguardada a presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Falta avanço ao Estatuto da Pessoa com Deficiência

Projeto aprovado por unanimidade no Senado está “engavetado” na Câmara, e participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos acreditam que só mobilização dará fim à estagnação

PARTICIPANTES DE DEBATE ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) apontaram a necessidade de mobilização para aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), se disse inconformado com o fato de o projeto (PLS 6/03), aprovado por unanimidade no Senado, ter sido “engavetado” na Câmara.

A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observou que a não aprovação tem impedido o exame de mais de 260 outras propostas sobre direitos das pessoas com deficiência.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, anunciou que será formalizado hoje um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para adequar o projeto do estatuto ao texto da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituída em 2007 pela Organização das Nações Unidas.

O coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência, Santos Fagundes, afirmou que a demora na aprovação do estatuto poderá comprometer o êxito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Viver sem Limite, lançado pelo governo em novembro de 2011. O plano integra ações em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade, e deverá investir R\$ 7,6 bilhões até 2014.

Ao apresentar as metas previstas no plano e as já cum-

pridas, Ferreira citou, entre outras, a entrega de ônibus adaptados para transporte de alunos com deficiência e linhas de crédito específico para aquisição de tecnologias que facilitem a integração das pessoas com deficiência.

Moisés Bauer, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, elogiou a iniciativa, mas criticou o fato de o Viver sem Limites incluir ações não discutidas previamente no conselho.

Já o diplomata Maximiliano Fraga sugeriu que o governo adote diretrizes para pessoas com deficiência que trabalhem em órgãos públicos, levando em consideração as diferenças, para assegurar

igualdade de oportunidades de ascensão profissional.

— Não bastam políticas para o ingresso de pessoas com deficiência no serviço público, mas também medidas que tratem da ascensão na carreira — disse Fraga.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou o analfabetismo um tipo de deficiência.

— No mundo de hoje, não saber ler é uma forma de não enxergar. Quem não sabe ler, não vê anúncio de emprego e não vê o cartaz dizendo “cuidado, cachorro bravo”.

Também participaram da audiência o professor Francisco Lima, da Universidade Federal de Pernambuco, e o juiz Roberto Wanderley, da 1ª Vara Federal de Pernambuco.



Edson Lopes fala no ILB aos membros do Comitê Pró-Equidade do Senado

Senado realiza oficina sobre desigualdades raciais e de gênero

Uma oficina sobre desigualdades raciais e de gênero foi oferecida ontem para os membros do Comitê Pró-Equidade do Senado. Os trabalhos foram conduzidos pelo professor Edson Lopes Cardoso, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Os temas abordados foram racismo, sexismo e

desigualdades de gêneros.

O comitê foi sugerido pela senadora Marta Suplicy, e articulado em torno do Programa de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Criado em outubro de 2011, é composto de representantes de todas as secretarias e unidades do Senado e busca promover a igualdade de gênero e raça nas práticas administrativas da Casa.

Paulo Paim: abolição da escravatura ainda não foi concluída no Brasil

Passados 124 anos desde a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a população negra brasileira ainda sofre consequências da escravidão, como discriminação racial e diferentes padrões de tratamento e atendimento em setores como a saúde, educação, mercado de trabalho e segurança pública, afirmou Paulo Paim (PT-RS).

— Temos uma abolição da escravatura não concluída — disse.

Segundo o senador, o Brasil é a nação com mais pessoas negras fora da África devido, sobretudo, ao fato de que 40% dos africanos levados no período do

tráfico de escravos terem sido trazidos a terras brasileiras.

Paim apresentou dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrando que apenas 37% das gestantes negras realizam seis ou mais exames pré-natais, em comparação a 62% das demais grávidas. Ele acrescentou que a taxa de mortalidade de crianças de até 5 anos é de 36 por mil entre os negros e 28 por mil entre os não negros. Além disso, informou, a população negra continua com salários menores e 70% dos 14 milhões de analfabetos brasileiros são negros.

Mozarildo diz que Maçonaria teve papel importante no fim da escravidão

Em pronunciamento, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) falou dos 124 anos da abolição da escravatura, comemorados anteontem.

Segundo o senador, a Maçonaria esteve envolvida na abolição dos escravos, por meio das figuras de Eusébio de Queiroz, Bento Gonçalves, José Leite Penteadado, Saldanha Marinho, José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva, entre outros.

Mozarildo disse que muitos desses



Waldemir Brito/Agência Senado

nomes, negros e mulatos, também lutaram de maneira contundente pela independência do Brasil. O senador ressaltou ainda que, mesmo antes do fim da escravidão, foi decidido que os maçons não poderiam ter escravos.

O parlamentar disse ainda que os maçons negros e mulatos foram homens que se destacaram em uma sociedade antagônica a eles, pois, embora tendo nascido livres, doía-lhes ver o papel reservado aos escravos.



Paulo Paim (3º à esq.) coordena o debate, que teve a participação de representantes de associações das pessoas com deficiência

Relatório preliminar inclui metas e prioridades na LDO

Apresentado na sexta-feira passada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 prevê a criação de um anexo de metas e prioridades.

O prazo para entrega das emendas ao relatório preliminar termina amanhã.

A criação do anexo de metas e prioridades não estava na proposta enviada pelo Poder Executivo.

O senador está entre os parlamentares que haviam solicitado esse anexo ao governo, para que houvesse o detalhamento das ações consideradas prioritárias.

Valadares argumentou, durante audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que isso é necessário para que o Congresso não aprove "prioridades desconhecidas".

Segundo José de Ribamar Pereira da Silva, consultor de Orçamento do Senado, "o entendimento técnico das consultorias do Congresso é que o Executivo deveria ter enviado esse anexo para cumprir o que prevê a Constituição, enquanto o entendimento político entre os parlamentares é que o Congresso deve suprir tal omissão por meio de emendas, conforme prevê o relatório preliminar de Valadares".

— O projeto enviado pelo

Executivo é genérico. Cita que vai priorizar, por exemplo, o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], mas não diz quais rodovias e quantos quilômetros estão em questão, entre outros itens — exemplifica o consultor.

Como o governo não enviou o documento, Valadares definiu que serão os parlamentares que vão definir — por meio de emendas à LDO — as ações do anexo de metas e prioridades.



Em relatório preliminar, Antonio Carlos Valadares acrescentou anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias

Juristas recebem 58 propostas da CPI das Milícias

A comissão especial de juristas criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para propor mudanças no Código Penal recebeu ontem do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) o relatório da CPI das Milícias, realizada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2008.

O documento contém 58 propostas para o enfrentamento do problema. Entre elas, estão a aprovação da tipificação legal do crime de milícia, a normatização de códigos de ética parlamentar nas câmaras de vereadores e a criação de uma câmara de repressão ao crime organizado, envolvendo vários órgãos especializados.

A entrega foi feita durante audiência pública na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O encontro foi dirigido pelo presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, e fez parte de uma série

de discussões programadas pela comissão para debater novos tipos penais — como formação de milícias, crimes cibernéticos, terrorismo, tráfico de pessoas, enriquecimento ilícito e eutanásia.

A juíza Adriana Ramos de Mello, titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, defendeu a criação do tipo penal do feminicídio, que é o assassinato de mulheres.

De acordo com a magistrada, entre os anos de 1980 e 2010, mais de 91 mil mulheres foram assassinadas no país. Ela lembrou ainda que o Brasil é um dos poucos lugares que não têm esse tipo penal.

Gilson Dipp agradeceu pelas sugestões e destacou a importância de atualização do Código Penal brasileiro.

Para o ministro, a legislação precisa apresentar respostas para o cidadão.

— O Código Penal vai completar 72 anos e não traz

para a sociedade brasileira as respostas do mundo moderno. Queremos trazer para o código novos tipos penais e retirar dele o que não for mais exequível — declarou o presidente da comissão.

Participaram da audiência representantes de diversas instituições, como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e as ouvidorias das polícias Civil e Militar do estado do Rio, além de instituições de ensino e organizações não governamentais.

A comissão, instalada em setembro de 2011 com o objetivo de propor mudanças no Código Penal, tem até o fim de junho para completar o anteprojeto ao Senado. Os trabalhos são presididos por Dipp e relatados pelo procurador Luiz Carlos Gonçalves.

(Com informações da assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).



Leila Mariano, Gilson Dipp e Manoel Alberto Rebêlo dos Santos participam de audiência pública sobre o Código Penal



Presidente da CPI, Vital do Rêgo (E) garante ter um plano B para a reunião de hoje, devido ao adiamento do depoimento do contraventor: promoverá a votação de requerimentos

STF adia depoimento de Cachoeira à CPI

Contraventor consegue liminar para só falar depois que tiver acesso integral aos documentos sigilosos da investigação. Esse pedido havia sido negado pelo presidente da comissão, Vital do Rêgo

FOI ADIADO O depoimento do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga suas relações com agentes públicos e privados. O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou ontem pedido de liminar para que o depoimento só seja realizado após os advogados analisarem o inteiro teor dos documentos sigilosos sobre a investigação — pedido que foi negado pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O depoimento estava agendado para as 14h30 de hoje.

Antes da decisão do STF, Vital chegou a afirmar que não haveria prejuízo aos trabalhos da comissão caso Cachoeira conseguisse adiar o depoimento. O senador disse ter um plano B: faria reunião administrativa para votar requerimentos apresentados à CPI.

Segundo o texto do *habeas corpus* impetrado no STF, o adiamento evitará que Cachoeira "não seja compelido, antes de ter ciência das provas a ele vinculadas, a permanecer em

silêncio contra seus legítimos interesses, ou a apresentar versão sobre fatos e provas que não conhece apropriadamente".

Antes, o advogado de Cachoeira, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, já havia insinuado que seu cliente permaneceria calado caso não obtivesse acesso ao material.

A decisão tem caráter liminar — o mérito ainda deverá ser julgado. O pedido da defesa é para que Vital permita aos advogados "em prazo razoável" consultar e copiar todo o material das operações da Polícia Federal que levaram à instalação da CPI.

Cachoeira seria a terceira pessoa a prestar depoimento à CPI. Até agora, foram ouvidos os delegados federais Matheus Mela Rodrigues, responsável pela Operação Monte Carlo, e Raul Alexandre Marques, que comandou a Operação Vegas. Para a quinta-feira, dia 17, está agendado o depoimento dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, que participaram ao lado de Mela Rodrigues da Operação Monte Carlo.

Agenda da CPI e do Conselho de Ética para os próximos dias

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE
Hoje	9h	Conselho de Ética recebe os delegados da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza , responsável pela Operação Vegas, e Matheus Mela Rodrigues , da Operação Monte Carlo. Os depoimentos serão na sala 2 da Ala Nilo Coelho.
Amanhã	14h	Conselho volta a se reunir para ouvir os procuradores Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira , que participaram da Operação Monte Carlo, em função da qual Cachoeira foi preso.
Quinta-feira (17)	10h	CPI mista analisa requerimentos e ouve depoimentos dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira . Os dois seriam ouvidos em reunião secreta na semana passada, mas a atividade foi adiada porque durou quase dez horas o depoimento do delegado da PF Matheus Mela Rodrigues, responsável pela operação.
Terça-feira (22)	9h	A pedido do advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Conselho de Ética ouve, como testemunha, o advogado Ruy Cruvinel .
Segunda-feira (28)	18h	Senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) vai ao Conselho de Ética.

Collor quer que jornalista e procurador-geral deponham



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fernando Collor (PTB-AL) defendeu o comparecimento à CPI do jornalista Policarpo Junior, chefe da sucursal da revista *Veja* em Brasília, do dono da publicação, Roberto Civita, e do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

O senador disse que ficou surpreso com a reação "despropositada" de Gurgel ao negar imediatamente seu comparecimento à CPI. Collor classificou como "duvidosa e nebulosa" a atuação de Gurgel e da sua esposa, a subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques, na Operação Vegas.

— Agora se torna imprescindível a presença de Gurgel na comissão. Aqui na CPI, o procurador-geral é insubstituível — disse.

Para o senador, também é preciso saber até que ponto a atividade jornalística de Policarpo em relação a Cachoeira ficou limitada ao contato com a fonte. Collor lembrou que o jornalista já testemunhou a favor de Cachoeira, em uma representação no Conselho de Ética da Câmara, em 2005. O senador endereçou duras críticas à revista *Veja*.

— Em nome da verdade, desafio o chefe-maior desse grupelho, Roberto Civita, para comparecer à CPI e falar das relações que sua revista e alguns de seus jornalistas mantêm com o crime organizado — propôs Collor.

Alvaro defende revogação do segredo de Justiça



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a revogação do segredo de Justiça dos inquéritos que formam a base da linha de investigação da CPI do Cachoeira.

O senador informou que seu requerimento sobre o tema tem a assinatura da maioria dos integrantes da CPI. Para o senador, a manutenção do segredo de Justiça viola o caráter da publicidade, já que vários fatos já são de conhecimento público e o conteúdo de vários documentos do processo está na internet.

Alvaro manifestou contrariedade com a intenção de alguns parlamentares em convocar o procurador-geral da República. Segundo o senador, não caberia nem mesmo deliberação sobre o tema, já que "há impedimento absoluto" por conta do cargo de Gurgel e a legislação impede que o Ministério Público atue nos casos em que funcione como testemunha.

O senador também se disse contrário à convocação da subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques, esposa de Gurgel. Ele elogiou o procurador-geral que, ao não enviar de imediato o processo ao STF, permitiu a identificação de irregularidades na atuação da empresa Delta.

— Vamos combater as tentativas de convocação — disse, lembrando que Gurgel será advogado de acusação no processo do mensalão.

Simon diz que corruptores nunca são punidos no Brasil



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o Brasil tem registro de corruptos presos, multados ou cassados, mas o corruptor quase sempre escapa ileso.

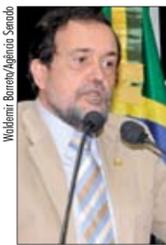
O senador declarou estranheza sobre notícias de que a *holding* J&F estaria comprando

a Delta, empreiteira considerada a maior participante em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que está sendo acusada de envolvimento com Cachoeira. O presidente do Conselho Consultivo da J&F é o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, acrescentou Simon. Para Simon, o negócio deveria ser impedido, visto que a Delta está sendo investigada por envolvimento com negócios irregulares de Cachoeira. Além disso, o BNDES tem participação acionária na JBS-Friboi, pertencente à J&F.

O senador defende o direito da CPI de impedir o negócio e tornar indisponível o patrimônio da Delta para que as denúncias de irregularidades sejam investigadas e possíveis prejuízos ao erário sejam repostos. Ele informou ainda que, segundo a imprensa, Meirelles teria recebido aval do ex-presidente Lula para a compra da Delta pela J&F.

— Daqui a pouco vão pegar o governador tal, o deputado tal e o senador daqui, mas e empreiteiro corruptor? Nunca se conseguiu — disse.

Para Pinheiro, CPI deve ajudar a coibir novos erros



Waldemir Barreto/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o mais importante na CPI do Cachoeira é tirar lições para que se produza uma legislação capaz de coibir erros e não só para que eles sejam conhecidos já como fatos consumados.

O senador argumentou que não é necessário convocar tantas pessoas para depor na CPI caso sejam identificados os elementos necessários para pelo menos levar os culpados a julgamento.

— Aqui não é uma instância do Judiciário. Nós não julgamos crimes, nós julgamos decore parlamentar. O julgamento do crime, se porventura o encontrarmos naquele conjunto de informações, ocorrerá por instância externa, e não por nós — afirmou o senador

Pinheiro também comemorou a entrada em vigor, amanhã, da Lei de Acesso à Informação (12.527/11), que permitirá que os cidadãos tenham acesso às informações públicas dos três Poderes da União, cumprindo um direito constitucional.

— É importante que nós, aqui, no Congresso Nacional, façamos a nossa parte com um esforço no sentido de que, com a lei em vigor, possamos ofertar aos cidadãos aquilo que de fato é importante nesse cenário de combate à corrupção, de transparência, de zelo pela coisa pública — disse o senador.

Comissão avalia quebra do sigilo telefônico de subprocuradora

A quebra do sigilo telefônico da subprocuradora da República Cláudia Sampaio está entre os 171 requerimentos a serem analisados pela CPI do Cachoeira.

Mulher de Roberto Gurgel, procurador-geral da República, Cláudia é acusada de ter se omitido ao receber da Polícia Federal o inquérito da Operação Vegas, finalizada em 2009.

Segundo Sérgio Souza (PMDB-PR), que propôs a quebra de sigilo, o delegado federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação

Vegas, informou à CPI que os autos foram remetidos ao Ministério Público em 15 de setembro de 2009, sendo repassados em seguida à subprocuradora, que nenhuma providência tomou.

Souza disse que não tem a intenção, pelo menos neste momento, de chamar a subprocuradora para falar à CPI.

— Por enquanto, a quebra do sigilo telefônico é suficiente. Só a partir destas informações saberemos se será necessário ouvi-la. Pela imprensa, ela já disse que está disposta a vir, caso necessário — afirmou o senador.

Dois requerimentos para a convocação de Cabral

Também aguardam análise dois requerimentos para a convocação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB). Um deles é do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que pede ao governador que esclareça a relação com a construtora Delta, "um dos mais importantes braços da organização criminoso liderada por Cachoeira".

O segundo requerimento partiu do deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), para quem "a convocação do

governador tornou-se inevitável depois da divulgação de uma série de fotos e vídeos em momentos de descontração com Fernando Cavendish [dono da Delta, que se afastou do comando da empresa no mês passado]". O deputado registra que a Delta já recebeu R\$ 1,5 bilhão em contratos na gestão de Cabral.

Os requerimentos são apreciados nas reuniões administrativas da CPI mista. A próxima está marcada para a quinta-feira, dia 17, às 10h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Taques aponta desvio de foco nas investigações



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Taques (PDT-MT) lamentou que a CPI "tenha focado seus trabalhos na Procuradoria-Geral da República (PGR) em vez de concentrar as investigações nas relações de parlamentares e governadores com Cachoeira".

— Até agora só tratamos da PGR e da imprensa. Esquecemos dos parlamentares que estão envolvidos com as organizações criminosas — afirmou.

Taques voltou a reiterar que o procurador-geral da República está impedido constitucionalmente de depor na comissão. Ele explicou que somente Gurgel pode ser o responsável por ajuizar ações penais, dando início a processos criminais no Supremo Tribunal Federal contra autoridade com direito a foro privilegiado.

— Se vier depor na CPI, se ele se torna testemunha, não pode dar início à ação penal — disse. Se alguns entendem que Gurgel cometeu crimes, disse Taques, cabe a estes representá-lo no Conselho Nacional do Ministério Público, na PGR ou no Senado. Quanto à atuação da subprocuradora Cláudia Sampaio, mulher de Gurgel, Taques citou a Lei Complementar 75/93, que prevê a subdelegação de poderes pelo titular da procuradoria a subprocuradores. O senador disse que não o preocupa a compra da empreiteira Delta, mas a venda da empresa à *holding* que comanda o frigorífico JBS.

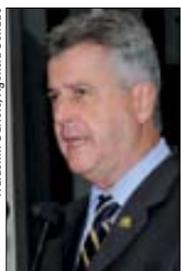
Senadores enaltecem o Brasil Carinhoso

O Programa Brasil Carinhoso, lançado ontem pela presidente Dilma Rousseff, recebeu apoio e elogios de senadores. O plano é uma ampliação do Bolsa Família e destinará R\$ 70 mensais por pessoa para 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos que vivem na extrema pobreza. Serão investidos R\$ 10 bilhões até 2014 para construir 1.500 creches e distribuir, nas campanhas de vacinação, vitamina A, suplementos de ferro e remédios contra asma.



A presidente Dilma (C) lançou o programa ontem, no Palácio do Planalto, acompanhada de ministros e do presidente da Câmara, Marco Maia (3º à esq.).

Rolleberg diz que no Brasil a miséria tem a cara da criança e do adolescente



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou a presidente Dilma pelo lançamento do programa. Ele afirmou que iniciativas assim “inovam ao partir do foco nas famílias”.

— Sabemos que, no Brasil, a pobreza e a miséria têm a face da criança e dos adolescentes — afirmou o senador, citando dados do Censo de 2010.

Rolleberg também apresentou dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) segundo os quais o número de lares chefiados por crianças e adolescentes dobrou no Brasil na última década. Há, segundo ele, 661 mil lares chefiados por jovens entre 15 e 19 anos e outros 113 mil por meninos e meninas de 10 a 14 anos.

Vanessa Grazziotin comemora escolha do Dia das Mães para anúncio



“A presidente Dilma Rousseff não poderia ter feito melhor homenagem às mães brasileiras que o anúncio do Programa Brasil Carinhoso no seu dia”, afirmou Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM). Na opinião da senadora, a forma como o anúncio foi feito, no Dia das Mães, se deveu “com certeza absoluta ao fato de nossa presidenta ser uma mulher”.

Segundo a senadora, foi assinado convênio para a construção de 55 creches em Manaus. Para a execução das obras, o governo federal deverá repassar R\$ 1,5 milhão para cada unidade, tendo a prefeitura assumido o compromisso de investir R\$ 500 mil em cada creche, como contrapartida.

Ferraço elogia programa federal contra miséria na primeira infância



O Programa Brasil Carinhoso foi elogiado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) por dar atenção “a uma faixa tantas vezes relegada a segundo plano nas políticas públicas”: crianças

de até 6 anos. O senador destacou o reforço, sobretudo, na renda de famílias do Norte e Nordeste, onde vivem 78% das crianças em situação de pobreza.

— As medidas são evidentemente mais que bem-vindas, e poderão se traduzir em excepcionais resultados — disse.

Ferraço também citou sua participação em audiência pública promovida ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a escalada da violência no trânsito e a Lei Seca, que veda o consumo de álcool por motoristas.

Ângela Portela destaca a importância da construção de mais creches para o país



O aumento de creches é uma “bandeira” de Ângela Portela (PT-RR) desde 2008, afirmou a senadora, que elogiou o Brasil Carinhoso.

— O poder público não atende nem a 20% da demanda de creches no país — disse Ângela, informando ter apresentado emendas para construção de 18 creches em Roraima, das quais quatro já estão sendo feitas em Boa Vista.

Segundo ela, o índice de mortalidade infantil caiu 47,5% no país e 58,6% no Nordeste, “graças a subprogramas como o Bolsa Gestante e o Bolsa Nutriz”.

A senadora ainda elogiou a “determinação da presidente Dilma para abaixar os juros cobrados pelos bancos do consumidor e diminuir a carga tributária”.

Para Renan, novo programa é uma das mais importantes ações de combate à pobreza absoluta lançadas no Brasil

Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou sua satisfação por ter participado do lançamento do Programa Brasil Carinhoso, “uma das mais importantes ações de combate à pobreza absoluta na primeira infância já lançadas no Brasil”.

De acordo com o senador, o programa vai concentrar suas ações nas regiões Norte e Nordeste, onde estão 78%



das crianças brasileiras que vivem na pobreza absoluta.

Ele acrescentou que o programa vai aumentar o acesso às creches e ampliar a cobertura dos programas de saúde. Segundo Renan, será lançado “um amplo programa” de controle da

anemia e da deficiência de vitamina A. A iniciativa também disponibilizará gratuitamente remédios contra asma.

Jucá pede apoio do Congresso ao plano que, segundo ele, amplia as conquistas sociais do governo Lula

Romero Jucá (PMDB-RR) cumprimentou a presidente Dilma pelo Programa Brasil Carinhoso e conclamou o Congresso a dar apoio às medidas necessárias para o sucesso do plano. Ele avaliou que o programa amplia conquistas sociais do governo Lula (2003–2010) ao melhorar a condição das famílias com crianças.

— Crianças de 0 a 6 anos são as



mais vulneráveis na situação de extrema pobreza. Está nessas crianças o grande desafio para que tenhamos a condição de acabar com a pobreza no Brasil — disse.

Jucá ressaltou que o Brasil Carinhoso prevê uma injeção de recursos de R\$ 10 bilhões em três anos para melhorar os indicadores sociais. Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou Jucá por seu discurso.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Texto concede recurso do BNDES a rádio comunitária

Quando o sistema brasileiro de rádio digital for implantado, as emissoras comunitárias poderão receber financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a digitalização de suas operações.

É o que prevê um projeto (PLS 556/07) que será apreciado amanhã em decisão terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário) pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), determina a concessão de empréstimos de prazo não maior que dez anos, com correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os custos elevados da adoção do sistema digital se chocam com o que o relator da proposta, Walter Pinheiro (PT-BA), definiu como “crônica dificuldade de autofinanciamento” dessas emissoras.

Interessado em curso de formação ou aperfeiçoamento teria de apresentar currículo, listar atividades a serem realizadas e informar objetivos

Comissão de Educação vota hoje bolsa que financia formação de artistas

A CRIAÇÃO DE uma bolsa para a formação e o aprimoramento de artistas das mais diversas áreas é um dos itens da pauta de hoje da Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

A bolsa-artista, prevista em projeto (PLS 404/11) de Inácio Arruda (PCdoB-CE), tem como finalidade o desenvolvimento das habilidades de artistas amadores e profissionais nos campos das artes literárias, musicais, cênicas, visuais e audiovisuais.

O público-alvo são artistas com idade mínima de 12 anos.

Para se habilitar à concessão da bolsa, o candidato deve

enviar um plano anual de formação ou aprimoramento no campo artístico e cultural em que deseja atuar, contendo currículo, detalhamento das atividades a serem realizadas e os objetivos a alcançar.

A bolsa-artista será concedida pelo prazo de um ano.

O projeto tem voto favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

Realengo

Também está na pauta da comissão um projeto (PLS 572/11) que determina o registro, durante a matrícula nas escolas de educação básica, dos

nomes das pessoas autorizadas, além dos pais, a ingressar nos estabelecimentos para tratar de assuntos de interesse do aluno.

Na justificativa do projeto, o autor, Paulo Bauer (PSDB-SC), explica que a medida visa garantir que apenas pessoas de confiança da família, devidamente identificadas, entrem na escola para tratar de assuntos relacionados aos alunos. Segundo ele, isso auxilia no acompanhamento pedagógico dos estudantes e na aproximação entre a família e os profissionais da educação.

O senador ressalta que a me-

dida evitará casos como a chacina ocorrida em 2011 numa escola pública de Realengo, no Rio.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), apresentou voto favorável ao projeto.

Outra proposta a ser analisada é um projeto (PLS 250/09) da então senadora Marisa Serrano que assegura bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni) a estudantes que tenham cursado o ensino médio em cooperativas educacionais.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou voto favorável.

Senadores discutem critérios para escolha de livros escolares

A Comissão de Educação promoverá amanhã uma audiência pública para avaliar os critérios utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) na escolha das obras que serão incluídas no Programa Nacional do Livro Didático.

A iniciativa do debate é de

Kátia Abreu (PSD-TO), que cobra mais transparência na escolha das obras.

Para a senadora, é direito do cidadão conhecer o nome do profissional que avaliou cada livro didático e entender por que cada obra foi aprovada ou reprovada.

Segundo ela, existem livros que são reprovados pelo Ministério da Educação para uso nas escolas públicas, mas que fazem parte da bibliografia das escolas privadas — o que seria uma contradição.

Além disso, de acordo com a senadora, o custo de avaliação

dos livros está acima dos valores praticados pelo mercado.

Do debate, participarão representantes da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares e do Ministério da Educação.

Ana Amélia: cidade gaúcha não tem cobertura de celular



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ao relatar a situação de isolamento de Santana do Livramento (RS), na fronteira com o Uruguai, pela ausência de sinal de telefonia celular, Ana Amélia (PP-RS) sugeriu que a presidente Dilma Rousseff pressione as operadoras de telefonia a resolver o problema, da mesma forma que o fez com os bancos para baixarem os juros.

— Seria a hora de a presidente Dilma chamar as concessionárias de telefonia e exigir uma contrapartida desses investimentos, preenchendo esses vazios que tanto dano causam à logística e às comunicações em áreas vitais e importantes, não só no aspecto econômico, mas também nos aspectos social e até político e institucional — disse.

Segundo explicou, essas empresas vendem muitas linhas, aumentam os lucros, mas não investem. Por isso, é preciso que aprimorem a qualidade do serviço e a oferta para suprir o grande número de usuários de banda larga e telefonia, que também estão no interior, e não só nas capitais.

Para Viana, PIB não consegue medir real situação de países



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) defendeu a substituição do conceito do produto interno bruto (PIB) por outro índice que leve em conta não só o indicador econômico, mas também o social e o socioambiental.

— O PIB, que foi criado em 1930, é algo do passado. Não tem nenhum sentido no mundo de hoje levar em conta exclusivamente se o país é rico ou pobre. Precisamos de um conceito que possa mensurar melhor o desenvolvimento, se estamos melhorando na vida das pessoas — propôs o senador.

Jorge Viana afirmou estar “na batalha” para que se obtenha um sucessor para o produto interno bruto, especialmente como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorrerá no mês que vem, no Rio.

— Se incorporarmos no indicador o econômico, o social e o ambiental, acho que teremos dado um passo importante.

Gurgacz anuncia audiência pública sobre cooperativismo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizará no dia 24 uma audiência pública sobre dois projetos que tratam da Lei Geral do Cooperativismo.

De acordo com ele, um ponto fundamental de divergência entre as duas propostas, que precisa ser resolvido, diz respeito à definição do ato cooperativo.

Ele explicou que, enquanto o PLS 153/07, de Eduardo Suplicy (PT-SP), define o ato cooperativo como sendo “aquele praticado entre a cooperativa e seu cooperado ou entre cooperativas associadas”, o PLS 3/07, do então senador Osmar Dias, equipara ao ato cooperativo “os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais”.

De acordo com Acir Gurgacz, o fortalecimento do cooperativismo ajudaria o Brasil a enfrentar a crise financeira internacional.

— O ideal seria concluirmos a tramitação da Lei Geral do Cooperativismo no Senado e na Câmara ainda neste ano.

Suplicy: ator que vive Tim Maia tem voz “formidável”



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o musical *Tim Maia, Vale Tudo*, que está em cartaz em São Paulo, retrata “de maneira fiel e emocionante” a vida do cantor. Ele afirmou que o protagonista tem uma voz “formidável”.

— Tive a oportunidade de assistir ao musical no Teatro Procópio Ferreira lotado. Todos os seus 671 lugares estavam ocupados. Que beleza! Que maravilha! Foi algo fantástico, que recomendo a todos.

Suplicy lembrou que o ator Tiago Abravanel, que interpreta Tim Maia, é neto do empresário e apresentador Sílvio Santos.

— Seu desempenho como o cantor e compositor Sebastião Rodrigues Maia, que viveu de 1942 a 1998, induz os espectadores a pensar que ele é o próprio artista, tamanha a fidelidade da caracterização e tão boa é a sua interpretação, inclusive das canções, com uma voz formidável.

Desde a estreia, em 2011, mais de 100 mil pessoas assistiram à peça, informou Suplicy.

Anibal: curso da Ufac é incluído em ranking da OAB



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) apresentou voto de louvor ao Departamento de Direito da Universidade

Federal do Acre (Ufac) pelo 11º lugar na relação das vinte instituições com maior índice de aprovação proporcional no 6º Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O senador destacou que a colocação, alcançada pelo curso de direito da Ufac, superou a da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que aparece na 12ª colocação.

— A notícia de que a Ufac está na lista das instituições federais que obtiveram melhor aproveitamento no exame é motivo de orgulho para o estado, que sabidamente dispõe de poucos recursos, e para o país, pelo esforço do corpo docente do curso de direito da Ufac — disse.

Anibal registrou também o lançamento do Programa Brasil Carinhoso pela presidente Dilma Rousseff. O objetivo, disse, é garantir uma renda mínima mensal de R\$ 70 para cada membro de famílias extremamente pobres.

Restaurantes populares precisam de atenção

Pedro Pincer

Os restaurantes populares do governo federal visam à distribuição de refeições saudáveis, a preços acessíveis, para pessoas em situação de insegurança alimentar e preferencialmente em cidades com população superior a 100 mil habitantes. Também devem realizar outras

atividades de desenvolvimento social, dentro do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, pesquisa da UnB mostrou que muitas unidades têm problemas nas instalações, o que o Ministério do Combate à Fome tenta enfrentar com programa em parceria com estados e municípios.



Restaurantes populares do DF, como o de Riacho Fundo 2, serviram juntos mais de 8 mil refeições por dia, a R\$ 1, em 2011

Conheça o programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

▶ OBJETIVOS DO PROGRAMA

- » Apoiar a implantação e modernização de restaurantes públicos populares geridos pelo setor público municipal/estadual, ampliando a oferta de refeições prontas saudáveis e a preços acessíveis.
- » Apoiar a construção, reforma e adaptação das instalações prediais, e a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo novos;
- » Apoiar a capacitação das equipes de trabalho e a formação de profissionais na área de gastronomia, que desempenhem atividades básicas de um restaurante;
- » Apoiar a difusão dos conceitos de educação alimentar e sua aplicação.

▶ PÚBLICO-ALVO

Pessoas e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional.

▶ LOCAL IDEAL PARA IMPLANTAÇÃO

Regiões de grande movimentação diária de trabalhadores de baixa renda como, por exemplo, as áreas centrais das cidades que, preferencialmente, também sejam próximas a locais de transporte de massa — ainda que a localização deva permitir que os usuários não tenham de utilizar meios de transporte para os deslocamentos no horário de almoço.

A localização do restaurante popular deve atender também idosos, desempregados e estudantes. Ele deve estar situado em zonas isentas de odores indesejáveis, fumaça, pó ou outros contaminantes e não deve estar exposto a inundações.

O terreno deve possuir infraestrutura urbana básica: redes públicas de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica e, também, redes de captação para o esgotamento sanitário e as águas pluviais. Além disso, os acessos — tanto de pedestres, quanto de veículos — e seu entorno imediato devem ser pavimentados.

▶ COMO PARTICIPAR DO PROGRAMA

Os estados e municípios interessados na parceria para implantação do programa devem participar do processo de seleção, atendendo aos critérios estabelecidos no manual do programa e em edital publicado anualmente no Diário Oficial da União (disponível em www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais). A gestão é responsabilidade do poder público local, e a produção mínima estimada é de mil refeições diárias, no horário do almoço, por, no mínimo, cinco dias por semana.

Para a implantação dos restaurantes populares há a contrapartida obrigatória nos convênios e contratos de repasse. Os entes beneficiados assumem a manutenção do equipamento público.

▶ O MANUAL DE RESTAURANTES POPULARES

Para obter mais informações sobre a elaboração de projetos e instruções técnicas para a implantação de um restaurante popular, consulte o Manual de Restaurantes Populares, disponível no Portal do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no seguinte endereço eletrônico: www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares. Também é possível se informar pelo telefone 0800-7072003, pelo fax (61) 3433-1118, ou pelo e-mail restaurantes.populares@mds.gov.br.

▶ VALOR DAS REFEIÇÕES

Não existe padrão para o valor cobrado pelas refeições fornecidas, uma vez que a operação é de competência do poder público local. O Ministério do Desenvolvimento Social orienta apenas a cobrança de preço acessível à população de baixa renda da região, e que a refeição seja adequada e saudável. Boa parte dos municípios adota o valor simbólico de R\$ 1, mas não há uma obrigatoriedade da cobrança desse valor visto que, a fim de se garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo programa, pode ser necessária uma reavaliação dos processos e custos de operação. Desse modo, é possível um reajuste do preço cobrado dos usuários, desde que não ultrapasse R\$ 2, valor máximo atualmente cobrado pelas unidades apoiadas pelo ministério.

Precursor recebeu prefeitos, ministros e presidentes

Com a intenção de melhorar a alimentação dos trabalhadores, o então presidente Getúlio Vargas criou, em agosto de 1941, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tratava-se de uma rede de restaurantes populares que tinha como um dos objetivos complementar o salário mínimo.

O Saps também assumiu uma função educativa, divulgando as vantagens que o trabalhador teria com uma alimentação saudável. E esteve muito presente na política do país, sobretudo a sede central, na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Ali eram comuns as visitas de ministros, prefeitos, governadores e de presidentes da República. O restaurante também servia de modelo para as diversas unidades do país e recebeu todos os projetos de ampliação do Saps, como a biblioteca popular e cursos de alfabetização.

O serviço funcionou até fevereiro de 1967, quando foi fechado pelos militares, sob denúncias de corrupção e o argumento de que abrigava reuniões de sindicalistas de esquerda.

Saiba mais

- Pesquisa da UnB na íntegra: <http://slidesha.re/diagnosticoUnB>
- Pesquisa do Ibope sobre usuários de restaurantes populares (2005): <http://bit.ly/pesquisalbope>
- Roteiro de implantação para restaurantes populares: <http://bit.ly/roteiroUFJF>
- Diagnóstico da qualidade e atenção dietética nos RPs: <http://bit.ly/manualRPs>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Pesquisa mostra importância para a saúde da população

A pesquisa *Diagnóstico da Qualidade e Atenção Dietética nos Restaurantes Populares do Brasil*, realizada em 2010 pela Universidade de Brasília (UnB), mostrou a importância da rede para a saúde das pessoas atendidas. Segundo a professora Raquel Botelho, 17% dos frequentadores apresentaram hipertensão arterial e 49%, excesso de peso, entre outros problemas de saúde relacionados à alimentação. Além disso, para muitos entrevistados, o almoço no restaurante era a única refeição do dia.

O levantamento constatou que o almoço dos restaurantes populares fornece uma média de calorias de acordo com o recomendado, embora o suprimento de sódio esteja bem acima do nível ideal. A informação sobre o valor nutricional em restaurantes faz parte, inclusive, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 489/11, de Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE), que se encontra na Comissão de Meio Ambiente.

Sobre a higiene nas instalações e na produção, transporte e manipulação de alimentos, a pesquisa indicou 14 unidades satisfatórias, 21 com restrições e duas insatisfatórias. O documento destacou a deterioração das estruturas físicas.

Raquel Botelho explicou que, a partir dos dados, foram realizadas oficinas de capacitação com os nutricionistas dos estabelecimentos, na área de fabricação e na melhoria da qualidade sanitária da refeição, assim como no planejamento do cardápio. A ideia é buscar o aproveitamento de produtos regionais e a redução nos teores de sódio. Os restaurantes estão sendo revisitados, para nova avaliação.

Em março, debate na Comissão de Assuntos Sociais do Senado já apontara a necessidade de mais investimentos na capacitação de profissionais que trabalham com alimentos.

Estados e Distrito Federal têm iniciativas próprias

Além do Programa Restaurantes Populares, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Distrito Federal e alguns estados têm suas próprias iniciativas pra oferecer segurança alimentar à população de baixa renda.

O Restaurante Popular Bom Prato, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, tem 33 unidades, sendo 19 na capital e 14 no interior e no litoral. Até dezembro de 2011, foram servidos 87,5 milhões de pratos. São almoços completos, de alto teor calórico. O governo paulista paga R\$ 2,50 do valor total da refeição e o usuário complementa com R\$ 1. Crianças de até 6 anos não pagam.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar do Distrito Federal, por meio do

Programa Nutrindo a Mesa, elabora, com o auxílio de nutricionistas, um cardápio mensal que é distribuído pelas 13 unidades do programa. No ano passado, foram servidas mais de 8 mil refeições diárias a R\$ 1.

Iniciativa semelhante ocorre no Rio de Janeiro, onde a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos é responsável pelo funcionamento de 16 restaurantes, que servem diariamente mais de 50 mil almoços, a R\$ 1, e 20 mil cafés da manhã por 35 centavos.

Outro estado que tem seu regime próprio é o Rio Grande do Norte. Com uma rede de 14 estabelecimentos, o governo potiguar fornece, 12.700 refeições por dia. O investimento nos restaurantes é estimado em R\$ 14 milhões.